



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

## **DECISÃO MONOCRÁTICA**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0072855-77.2012.815.2001**

**ORIGEM: 16ª Vara Cível da Comarca da Capital**

**RELATOR: Juiz José Ferreira Ramos Júnior, convocado, em substituição à Desª Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira**

**APELANTE: BANIF - Banco Internacional Funchal**

**ADVOGADO: Francisco Gomes Coelho**

**APELADO: Glaudaber José do Carmo**

**ADVOGADA: Fátima Goreth de Albuquerque**

**APELAÇÃO CÍVEL.** AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. PETIÇÃO RECURSAL COM MATÉRIA DIVERSA DA DISCUTIDA NO PROCESSO. VIOLAÇÃO AO INCISO II DO ARTIGO 514 DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 557 DO CPC. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

- Não se conhece da apelação que não ataca especificamente os pontos da sentença em respeito ao princípio da dialeticidade, sob pena de desvirtuar a própria função jurisdicional e a finalidade do recurso, por não dar meios para possível reforma.

**Vistos etc.**

Trata-se de apelação interposta pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL contra a sentença (fls. 117/123) proferida pela Juíza da 16ª Vara Cível da Comarca da Capital que, nos autos da ação revisional c/c repetição do indébito promovida por GLAUDABER JOSÉ DO CARMO, julgou parcialmente procedente a demanda para declarar a nulidade da cobrança de "ressarcimento de serviços de terceiros".

O apelante alega, em suma: A) equilíbrio contratual e existência

de boa-fé objetiva; B) legalidade dos juros remuneratórios; C) princípio do "pacta sunt servanda"; e D) legalidade da capitalização mensal de juros (fls. 130/165).

Inexistência de contrarrazões ao apelo (fls. 174).

A Procuradoria de Justiça não opinou sobre o mérito (fls. 181).

É o relatório.

### **DECIDO.**

Pois bem, *ab initio*, cumpre dispor que a matéria ventilada na presente apelação, no tocante à legalidade dos juros remuneratórios e capitalizados, não encontra identidade com o deliberado na sentença, haja vista que esta somente determinou a retirada da avença da cobrança de "ressarcimento de serviços de terceiros".

Isto posto, conclui-se, da análise dos pontos delineados no presente apelo, que se trata de recurso genérico, descumprindo a regra do art. 524, inciso II do Código de Ritos.

Sobre o tema, pertinentes as observações de José Frederico Marques, *in verbis*:

Também constitui pressuposto do recurso a motivação, pois recurso interposto sem motivação constitui pedido inepto. Daí estar expressa essa exigência no tocante à apelação (art. 514, II), ao agravo de instrumento (art. 524, I e II), aos embargos de declaração (art. 536) e aos recursos extraordinário e especial (art. 541, I, II e III), e implícita no que tange aos embargos infringentes (art. 531, antes da redação conferida pela Lei 8.950, de 13 de dezembro de 1994). Disse muito bem SEABRA FAGUNDES, que, se o recorrente não dá "as razões do pedido de novo julgamento, não se conhece do recurso por formulado sem um dos seus requisitos essenciais."<sup>1</sup>

Considerando que o Tribunal só pode julgar aquilo que fora efetivamente impugnado, o recurso deve ser específico quanto ao aspecto da decisão que ataca; se de maneira diversa for apresentado, impossível seu conhecimento pelo *juízo ad quem*.

Nesta senda é remansosa a jurisprudência desta Corte:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. PRELIMINAR SUSCITADA EM CONTRARAZÕES. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. FATOS E FUNDAMENTOS ATACANDO A SENTENÇA. MOTIVAÇÃO DEMONSTRADA. REJEIÇÃO. MÉRITO. TERÇO CONSTITUCIONAL. RETENÇÃO INDEVIDA. PROVAS SATISFATÓRIAS. NÃO COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. PRESUNÇÃO

<sup>1</sup> In Manual de Direito Processual Civil, vol. III, pág. 157, Editora Bookseller, 1997

DE VERACIDADE NÃO ELIDIDA PELO ENTE MUNICIPAL. ART. 333, II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VALORES DEVIDOS. PRECEDENTES DESTA CORTE. MANUTENÇÃO DO DECISIUM. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO DIPLOMA PROCESSUAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO APELO. - O princípio da dialeticidade impõe, à parte, ao manifestar sua contrariedade ao provimento jurisdicional proferido, o dever de indicar os fundamentos fáticos e jurídicos, pelos quais entende merecer reparo a decisão guerreada, nos limites desta.<sup>2</sup>

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. JULGAMENTO IMPROCEDENTE. APELAÇÃO. RAZÕES DIVERSAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO SEGUIMENTO. - Não se conhece da apelação que não ataca especificamente os pontos da sentença hostilizada, em respeito ao princípio da dialeticidade. - O recurso dirigido ao segundo grau de jurisdição precisa ser interposto com fundamentos necessários e suficientes para proporcionar a reforma da decisão impugnada.<sup>3</sup>

Lendo a peça recursal estou persuadido de que o apelante inobservou o mandamento do princípio da dialeticidade, o qual, segundo o professor Nelson Nery Jr. (citado por Freddie Didier Jr., *in* Curso de Direito Processual Civil – Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais, 3ª edição, Editora Podivm. p. 55), tem o seguinte conceito:

**Princípio da dialeticidade.** De acordo com este princípio, exige-se que todo recurso seja formulado por meio de petição na qual a parte, não apenas manifeste sua inconformidade com o ato judicial impugnado, mas, também e necessariamente, indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada. Na verdade, trata-se de princípio que é ínsito a todo processo, que é essencialmente dialético.

Diferentemente da processualística trabalhista, no processo civil há a irrefutável necessidade de exposição das razões do pedido de reforma ou complementação da decisão. Assim, o recorrente deve demonstrar à Instância *ad quem* os motivos pelos quais entende que a decisão merece ser modificada ou complementada.

Chega-se à ilação de que o inconformismo deve ser, portanto, motivado, trazendo à balia impugnação específica, precisa e objetiva para viabilizar a retificação do julgado hostilizado. A simples irrisignação, demonstrada pela interposição de recurso, não tem o condão de preencher o requisito da fundamentação recursal.

---

<sup>2</sup> APELAÇÃO CÍVEL nº 026.2012.000960-5/001 (PROCESSO CNJ Nº 0000960-38.2012.815.0261), Relator: Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Segunda Câmara Cível, Publicação: 16/10/2013.

<sup>3</sup> APELAÇÃO CÍVEL nº 024.2008.001713-0/001, Relatora: Desª Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira, Segunda Câmara Cível, Publicação: 10/09/2011.

Sobre o tema, destaco precedentes do STJ:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ANALOGIA. I - **Em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser fundamentados. É necessária a impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida. Na hipótese, as alegações veiculadas pela agravante estão dissociadas das razões de decidir**, atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 182 do STJ. II - Agravo regimental não conhecido. <sup>4</sup>

RECURSO ESPECIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESCONTO INDEVIDO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE ADICIONAL DE TRANSPORTE OU VERBA INDENIZATÓRIA. AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO. **Embora a recorrente cite os dispositivos legais que entende violados e contrariados, a verdade é que não apresenta os argumentos que demonstram sua tese, limitando-se a anunciar a ofensa a esses artigos, furtando-se de apontar em que pontos do v. aresto teria ocorrido a violação ou contrariedade. Para que o tribunal ao qual é dirigido o recurso possa entender a controvérsia, cabe ao recorrente não só expor as razões pelas quais pretende seja o julgado modificado ou anulado, mas, também, apresentá-las de modo não deficiente; em caso contrário, a inadmissibilidade do recurso será patente. No tocante aos recursos, vige o princípio da dialeticidade, segundo o qual "o recurso deverá ser dialético, isto é, discursivo. O recorrente deverá declinar o porquê do pedido de reexame da decisão" assim como "os fundamentos de fato e de direito que embasariam o inconformismo do recorrente, e, finalmente, o pedido de nova decisão"** (Nelson Nery Júnior, "Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos", 5ª ed., Revista dos Tribunais, 2000, p. 149). Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal. Recurso especial não conhecido. Decisão por unanimidade. <sup>5</sup>

PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 182/STJ. INCIDÊNCIA. 1. Pautada a decisão que negou provimento ao agravo de instrumento na incidência, ao caso, do óbice da Súmula 126/STJ, inviável o

---

<sup>4</sup> STJ - AgRg nos EDcl no REsp n 749048/PR – Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27.09.2005, publicação: DJU 21.11.2005 p. 157.

<sup>5</sup> STJ - REsp 255169/SP – Relator: Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, Julgado em 02.08.2001, publicação: DJU 15.10.2001 p. 256.

conhecimento de recurso que não impugna especificamente o fundamento da decisão agravada. 2. Pelo princípio da dialeticidade, deve a parte recorrente confrontar todos os fundamentos suficientes para manter a decisão recorrida, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido deve ser modificado. 3. A falta de impugnação específica aos fundamentos da decisão que negou provimento ao agravo de instrumento impossibilita o conhecimento do agravo regimental, a teor do que determina o Enunciado n. 182 da Súmula desta Corte. 4. Agravo regimental não conhecido.<sup>6</sup>

Isto posto, não se pode admitir como razões da apelação o ataque genérico, com pontos diversos do objeto da ação em questão, sob pena de desvirtuar-se a finalidade dos recursos e até a própria função jurisdicional.

Assim, diante das considerações expendidas e com arrimo no artigo 557 do CPC, **nego seguimento à apelação.**

Intimações necessárias.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, 20 de agosto de 2014.

**Juiz Convocado JOSÉ FERREIRA RAMOS JÚNIOR**  
**Relator**

---

<sup>6</sup> STJ - AgRg no Ag 1326024/SP – Relator: Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/11/2010, publicação: DJe 13/12/2010.